

COSMÉTICOS

Manaus quer formar condomínio

Fabricantes buscam o aproveitamento sustentável da biodiversidade

Wilson Nogueira
e Manaus

Os oito fabricantes de cosméticos, fitoterápicos e de insumos para o setor instalados em Manaus defendem a criação de um condomínio industrial do setor para garantir o uso da biodiversidade amazônica com sustentabilidade econômica, ambiental e social. O condomínio ajudará, também, no fortalecimento de um conceito de produtos amazônicos auto-sustentáveis com credibilidade no mercado mundial, disse Daniel Israel do Amaral, presidente do Sindicato das Indústrias de Perfumaria, Fitoterápicos, Cosméticos e Biotecnologia do Estado do Amazonas (Fipeam).

Amaral informou que a proposta está sob análise do governo do Amazonas. "Essa é uma decisão que se dará no âmbito da política de estado", disse. Segundo ele, sem apoio governamental — federal, estadual e municipal —, a proposta não sairá do papel porque contraria os interesses de companhias que atuam nas demais regiões do País.

Contrapartida é gerar emprego

Além dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM), o condomínio concentrará tecnologia, serviços de saneamento, energia e comunicações, além de proporcionar infra-estrutura de abastecimento e de escoamento da produção. O apoio tecnológico virá do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que terá 26 laboratórios. "Ao investidor só caberá escolher a hora de instalar sua fábrica", disse Amaral. A contrapartida das empresas será assegurar a

extração de matéria-prima com reduzido impacto ambiental e geração de emprego e renda nas comunidades tradicionais da região.

Segundo Amaral, até agora tem prevalecido a vontade das indústrias de cosméticos do Sul e Sudeste. Há alguns anos, as fábricas instaladas em Manaus reivindicam o estabelecimento do Processo Produtivo Básico (PPB) para cosméticos e fitoterápicos sem que tenham sido atendidos na medida desejada. O PPB define o mínimo de processos de um produto fabricado com incentivos da ZFM. "O PPB para o nosso setor exige, por exemplo, que todos os insumos que utilizarmos sejam processados em Manaus. Isso é impossível cumprirmos. O remédio veio em dose exagerada para matar o paciente", disse Amaral.

"A nós não faltam clientes"

Amaral disse que investiu R\$ 3 milhões na instalação de uma indústria de processamento de insumos da biodiversidade amazônica. A sua empresa, a **Magama**, se mantém no mercado com a produção de extrato de guaraná para refrigerantes, mas domina processo de extração de óleos de frutos regionais como cupuaçu, buriti, pataú, mamuru e outros que podem ser utilizados nas indústrias de cosméticos e fitoterápicos. "O que nos falta são os clientes", disse ele, explicando que o mesmo ocorre com as demais indústrias do setor. "Temos capacidade de produção, mas estamos amarrados."

O empresário disse que grandes companhias se beneficiam com insumos da biodiversidade amazônica

sem cumprir todas as etapas do conceito de auto-sustentabilidade do produto. "Está claro que essas empresas não têm e não querem assumir compromisso social duradouro com as comunidades tradicionais amazônicas que as abastecem com matéria-prima", afirmou. Para ele, o problema poderia ser corrigido por meio de uma política de orientação governamental para toda a cadeia produtiva: habitantes da floresta, indústrias e consumidores. "O consumidor precisa saber que, ao comprar um produto da biodiversidade amazônica está, também, contribuindo com a sustentabilidade ambiental e social da região", disse Amaral.

Falta consenso entre governos

A secretária estadual de Ciência e Tecnologia, Marilene Corrêa de Freitas, disse que a proposta de criação de um consórcio de indústrias de cosméticos e fitoterápicos em Manaus "é bastante sedutora" e viável. "O Amazonas tem a hegemonia da biodiversidade, e possui capacidade investir em processos tecnológicos e produtos, e contam com a experiência de um parque industrial", afirmou a secretária.

Ela disse ainda que é consensual no âmbito dos governos federal e estadual o entendimento de que empresas com alto padrão tecnológico só investem fora das regiões em que estão instaladas motivadas mais pelo mercado em detrimento das contrapartidas sociais. A secretária disse que o estado dará sempre prioridade aos projetos que diminuírem a dependência tecnológica, que atraiam novos investimentos e que gerem emprego e renda no estado.